



QUESTÃO INDÍGENA

Auxílio para pôr fim a conflito virá do Planalto

Em entrevista, presidente Lula garante ajuda à Bahia na busca de uma solução para os pataxós, cuja líder foi assassinada por proprietários rurais depois da invasão de fazenda reivindicada pelos nativos

» ALINE GOUVEIA
» ISABEL DOURADO*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, ontem, em uma entrevista a uma rádio da Bahia, ajuda federal ao governo do estado para a busca de uma solução que evite a piora do confronto entre os proprietários rurais e a comunidade da etnia Pataxó Hã Hã — que reivindica a posse de uma fazenda, na região de Potiraguá, e a invadiu no último sábado. O conflito se agravou depois que a indígena Maria de Fátima Muniz, a Nega Pataxó, foi assassinada e o irmão dela, o cacique Nailton Muniz, foi baleado.

“Sei o que aconteceu lá, sei que morreu uma pessoa, outra está ferida. Conversei com Jerônimo Rodrigues (governador da Bahia) e ele me mostrou o que está fazendo. A ministra (dos Povos Indígenas) Sonia Guajajara foi à região, esteve lá conversando com todo mundo. Queria dizer que o povo baiano pode ficar tranquilo que vou discutir muito esse assunto. Quero colocar o governo federal à disposição do Jerônimo e dos povos indígenas para encontrar uma solução de forma pacífica. Minha solidariedade aos familiares de Nega Pataxó”, afirmou Lula, na entrevista à Rádio Metrópole, de Salvador.

Críticas

O Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública da Bahia (DPE-BA) cobraram medidas dos governos

MPI/Divulgação



Ministra Sônia Guajajara conversa com lideranças pataxós. Ela esteve na região colhendo informações que serão utilizadas na busca de solução

federal e da Bahia contra os ataques sofridos pelos indígenas. As instituições afirmaram que o assassinato de representantes das comunidades nativas tem ligação com a atuação de uma milícia armada que age na região — um grupo autointitulado Invasão Zero, que seria composto de proprietários rurais e comerciantes.

“A postura governamental adotada até aqui viola os direitos humanos e perpetua um ciclo

de violações e injustiças, que faz com que o sangue indígena continue sendo derramado com a conivência do Estado brasileiro”, criticaram as instituições, em nota conjunta.

O MPF lembrou que, há um mês, o cacique Lucas Kariri-Sapuyá, liderança de uma comunidade nativa, foi assassinado na região do Recôncavo Baiano. Desde o início do ano passado, o MPF, a DPU e a DPE-BA

fizeram vários pedidos de elaboração de um programa de segurança para os nativos.

Segundo o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), aproximadamente 200 ruralistas se mobilizaram — via grupos de WhatsApp — para recuperar, sem decisão judicial, a posse da fazenda Inhuma, ocupada pelos indígenas no último sábado. Eles cercaram a área com dezenas de veículos e duas pessoas foram presas,

incluindo o autor dos disparos que mataram Nega Pataxó.

A Bahia tem convivido com o aumento dos conflitos fundiários, que se intensificaram ao longo do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), nos últimos dois anos foram assassinados sete pataxós. Em uma década, a entidade contabilizou 29 mortes entre os integrantes da etnia.

SOCIEDADE

IBGE restaura o termo “favela” nas pesquisas

» VITÓRIA TORRES*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) substituirá nas pesquisas que elabora a expressão “Aglomerados Subnormais” por “Favelas e Comunidades Urbanas”. A mudança foi decidida depois de consultas a movimentos sociais e a acadêmicos, e recupera um termo que, por muito tempo, foi considerado sinônimo de pobreza e embutia preconceito de classe e racismo contra as pessoas que vivem nessas comunidades.

A classificação “Favela” vinha sendo usada pelo IBGE desde 1950, mas foi alterada no Censo Demográfico de 1970. Estimativas da ONU-Habitat mostram que mais de um bilhão de pessoas vivem em favelas e assentamentos informais em todo o planeta. O Brasil tem mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas, que abrigam aproximadamente 16,5 milhões de pessoas.

Segundo o IBGE, a substituição da expressão “Aglomerados Subnormais” atende a pedidos de moradores e movimentos sociais. A decisão foi tomada depois de um processo de consulta iniciado em 2003, mas que foi fechado apenas em 2021.

O chefe do Setor de Territórios Sociais do IBGE, Jaison Luís Cerri, salientou que o termo “favela” está vinculado à reivindicação

histórica por reconhecimento e identidade dos movimentos populares. “Também se estabeleceu a importância de que o conceito se refira a territórios com direitos não atendidos, em vez de territórios em desacordo com a legislação”, explicou.

Para Preto Zezé, conselheiro da Central Única das Favelas (Cufa), ao substituir a denominação de “Aglomerados Subnormais” pelo termo “favela”, o IBGE reconhece um esforço de quase 30 anos para redefinir a visão preconceituosa associada a essas comunidades. “O IBGE assume que a denominação que dava de aglomerados subnormais era equivocada e reforçava, ainda mais, o preconceito. Muita gente recusava esse termo. Temos de ir além desse olhar preconceituoso, que reduzia a favela a uma visão de pobreza, desgraça e tragédia”, salientou.

A intenção, segundo Preto Zezé, não é romantizar a favela, mas sim superar os estigmas associados a essas comunidades. “Favela não é carência, é potência. Assumir a favela não tem a ver com romantizar ou incorporar o preconceito”, observou.

O historiador Rafael Soares, que participou do conselho consultivo da mudança do termo, aponta que a discussão sobre os termos utilizados para designar as favelas é antiga e elogia

Uma questão bem brasileira

População residente e domicílios em favelas e comunidades*



ANO	PESQUISA	POPULAÇÃO RESIDENTE	DOMICÍLIOS
1980	Censo Demográfico	2.280.063	487.729
1991	Censo Demográfico	4.482.637	1.028.911
1996	Contagem da População	5.500.141	1.329.676
2000	Censo Demográfico	6.535.634	1.662.868
2010	Censo Demográfico	11.431.619	3.229.434

TERMOS UTILIZADOS NOS CENSOS**

Censos de 1950 e 1960 — favelas

Censo 1970 e 1980 — aglomerados urbanos excepcionais

Censo 1991, 2000 e 2010 — aglomerados subnormais (favelas e similares)

Censo 2022 — favelas e comunidades urbanas

Fonte*: IBGE (optou-se por não listar os resultados da contagem da população em 2007 devido a problemas operacionais).
Fonte**: Notas metodológicas sobre a mudança de “aglomerados subnormais” para “favelas e comunidades urbanas”

a abertura do IBGE. A mudança permite compreender os espaços que as favelas ocupam na sociedade.

“Era uma discussão antiga dos movimentos sociais porque é um termo péssimo. É uma oportunidade de repensar e compreender esses espaços dos quais as

favelas fazem parte”, afirmou.

O cientista político Rócio Barreto destaca que a mudança na nomenclatura é mais do que uma questão de palavras para a identidade das pessoas que ali residem. “Resgata um termo usado por muitos moradores para se referir aos seus locais. O termo ‘favela’

mostra uma questão identitária das pessoas que ali residem. Elas se reconhecem pelo termo favela. Por isso é algo tão importante, é assim que elas querem ser reconhecidas”, explicou.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

SAÚDE

Ministério aplica R\$ 55 mi contra hanseníase

» MARINA DANTAS*

No mês que marca a conscientização e o combate à hanseníase, o Ministério da Saúde anunciou que investirá cerca de R\$ 55 milhões na prevenção e no tratamento da doença. Desse montante, R\$ 50 milhões serão destinados a 955 municípios considerados locais de alta presença da enfermidade — onde há o registro de mais de 10 casos por 100 mil habitantes.

O investimento é em função do grande número de casos registrados no país. De acordo com o Painel de Monitoramento de Indicadores da Hanseníase, entre janeiro e novembro de 2023 foram confirmados 19.129 casos — um aumento de 4,8% em relação ao ano anterior.

Já o Boletim Epidemiológico de Hanseníase de 2024, divulgado ontem pelo ministério, confirmou o crescimento do número de registros da doença, algo que colocou o Brasil, em 2022, em segundo lugar no ranking mundial em número de novos casos, atrás apenas da Índia.

A infectologista Naíra Biculo considera que a grande presença da hanseníase está associada a questões sociais ligadas à pobreza — como o acesso precário à moradia, à alimentação, aos cuidados de saúde e à educação. “É uma doença antiga, que apesar de ter tratamento e ser curável, ainda permanece endêmica em várias regiões do mundo. O atraso no diagnóstico faz com que a doença permaneça em transmissão entre os acometidos pela hanseníase não tratados e com alta carga bacilar”, explica.

A hanseníase, porém, tem cura, apesar dos indicadores negativos que vêm sendo mostrados. Dados do Painel de Monitoramento da Hanseníase apontam a redução de 9,3% nas médias de cura, passando de 84%, em 2013, para 76,2%, em 2022. Todas as regiões brasileiras apresentaram diminuição na proporção de cura, com maior redução no Centro-Oeste — queda de 13,7%.

De acordo com o infectologista Manuel Renato Retamoza, a importância do tratamento vai além da saúde pessoal — deve ser uma questão que envolva toda a sociedade, apesar do preconceito que cerca a hanseníase. “É importante que o paciente siga rigorosamente o tratamento prescrito para poder garantir uma cura completa”, adverte o especialista.

» 1.161 desastres naturais em 2023

Levantamento realizado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) mostra que, em 2023, houve 1.161 desastres naturais. Desses, 716 eventos foram de origem hidrológica — inundações, enxurradas e alagamentos — e 445 de razão geológica — tremores, erosões e deslizamentos. As ocorrências seguiram o padrão de concentração em capitais e regiões metropolitanas, segundo o Cemaden. A maior parte dos desastres está localizada na faixa leste do país, ou seja, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Além dos desastres, o centro emitiu 3.425 alertas para os municípios monitorados ao longo do ano passado. A instituição monitora 1.038 municípios, que representa 18,6% das cidades do país e 55% da população nacional, 24 horas por dia.